

A crise brasileira não é constitucional. Perdemos o rumo. Não há mais orientação definida que nos faça avançar, no tempo, como Nação, esse instável grupo social que se junta e age em função de radicais interesses comuns. Assembléia Constituinte é mais uma falsa saída que vai, apenas, devassar a casa "onde todos gritam e ninguém tem razão".

Pedro Lessa dizia há mais de meio século: "Para curar os males econômicos e financeiros de uma nação e, especialmente, para regenerar, para restaurar moralmente uma sociedade política, as reformas constitucionais são meios inertes, negativos, sem nenhuma eficácia (...). As reformas constitucionais são recursos prediletos das nações fracas, incapazes, por falta de educação e energia, de um bom governo prático, e das nações decadentes e enervadas que, umas e outras, apelam, mas debalde, para tão desacreditada panacéia."

Verdades políticas são verdades no aqui e no agora dos povos. Já nos perguntamos, realmente, se no "hic et nunc" brasileiro temos condições de instaurar e manter uma democracia? Há povos, bem o sabemos, que vivem sob a guarda totêmica de uma Constituição, sacro tabu de sua evolução histórica. Os Estados Unidos, herdeiros da constitucionalidade nascida das entranhas do povo inglês que nunca, aliás, necessitou de uma Constituição escrita, mantêm o seu totem constitucional de dois séculos, num imutável consenso básico nacional. Já a França pós-monárquica, sempre aberta a endêmicos surtos revolucionários, teve inúmeras constituições, não menos do que seis, só no curto período da Grande Revolução que precedeu o Império napoleônico.

Será que queremos mesmo uma democracia? A oposição, com todo o seu ranço udenista, insiste em que o povo a quer. Que povo? O da esquerda em todas as suas cambiantes de indigência

mental, onde pontificam germânicos e anafados bispos da CNBB? Há exceções entre estes, é certo: o ibérico Casaldáliga, por exemplo, é muito magro, provavelmente em virtude de alguma intoxicação entérica que o faz expelir, continuamente, os mais detestáveis versos da literatura universal. O povo da direita estupidamente atrabiliária? Os famintos para os quais não há solução à vista nem aqui, nem em nenhuma parte do mundo? A classe média atoleimada, vencida pela covardia diante da guerra não declarada da criminalidade infrene e semiprotégida pela plegue de governos? Essa classe serve, apenas, para encher comícios onde se agitam bandeiras e se ouvem sandices e lugares comuns de velhos políticos gastos até a lona. O povo universitário, docente e discente, mais desorientado que os caboclos dos nossos tristes trópicos? Empresários convictos de que o que é bom para suas empresas é bom para o Brasil? Velhos juristas, milionários entediados, intelectuais desocupados, marafonas de vários níveis, operários, profissionais liberais, militares? A que povo se referem as oposições? Povo é o nome que dão a esse agregado de contradições irreconciliáveis. Nessa colméia de equívocos não se erige democracia nenhuma. Falta-lhe a base — um sistema de valores espiritualmente consentido. Uma ética comum, rainha da harmonia que torna viável as crias disciplinadas da colméia, capazes de elaborar o mel que as alimenta. Democracia não é o resultado de múltiplas perspectivas antagônicas. Onde "ninguém se entende sobre o que é justo, alguém tem de dizer o que é direito" mesmo que seja à força. Só assim se manterá a ordem imprescindível a qualquer sociedade. A vida e morte de Getúlio Vargas não ensinaram nada? Os sucessivos pronunciamentos militares que a seguiram não ensinaram nada? O inevitável "prestó" final de 1964 não ensinou nada?

Não há o menor indício de que se

venha a resolver nenhum problema real, desta nossa conturbada pátria por via da reforma constitucional. A crise não é constitucional, insisto. A crise é de ordem moral. Ética. Perdemos o "ethos" nacional. Os parâmetros que nos levavam a agir como povo convicto de que sabia, em conjunto, o que era o bem e o mal, o certo e o errado. O terrível e único problema é, aliás, universal. A sensibilidade de alguns gênios do século passado já o haviam pressentido. Entre eles, o maior de todos: Nietzsche. "Se Deus não existe, tudo é permitido", dizia uma personagem de Dostoiévski.

Acontece que no Brasil é tudo menos trágico. Mais carnavalesco. Agora queremos a regeneração através de uma Assembléia Constituinte. Ignoram-se as várias fontes de legitimação dos governos — o consenso tradicional, o consenso ao carisma de homens excepcionais, o consenso à racionalidade legal. Neste momento somos pela racionalidade. Jamais, é certo, respeitamos as múltiplas Constituições que tivemos desde o Império. Mas somos, agora, implacavelmente racionais. Queremos mais uma Constituição, para logo adiante podermos violá-la, com certeza, esgrimindo nossa romba, dura, infinita irracionalidade. Constituinte já!

Num país como o nosso, "deserto de homens e de idéias", não é estranho que se recorra, ainda uma vez, "à desacreditada panacéia" de Pedro Lessa. Ninguém pensa, realmente, em discutir as razões profundas que nos conduziram a esta decomposição social, banhada nas águas lustrais da filosofia do pobre coronel Tamarindo, em Canudos: "É tempo do murici, cada um cuide de si." Pensar é muito difícil. Bem mais fácil é convocar uma Constituinte. Dá mais samba.

PAULO EDMUR DE SOUZA QUEIROZ é professor aposentado de Sociologia da Faculdade de Economia e Administração da USP e ex-diretor do Centro de Estudos Sociais e Políticos da Associação Comercial de São Paulo.

Governo de transição e Constituinte

AÍRTON SOARES

Uma Assembléia Nacional Constituinte só tem significado se for estabelecido um processo de transição política pelo governo Tancredo Neves, pois se o novo governo não estiver realmente disposto a realizar as mudanças que o povo brasileiro exige não haverá necessidade de eleições para uma Constituinte.

A maioria das oposições consequentes aceita participar do Colégio Eleitoral porque pretende viabilizar um processo de transformações sócio-político-econômicas capazes de promover uma democracia plena com condições ideais de vida para o povo brasileiro.

Fica claro que as oposições consequentes só vão ao Colégio Eleitoral na perspectiva de que um novo governo, o do dr. Tancredo Neves, signifique o fim do ciclo de vinte anos de governos militares.

As eleições diretas para Presidência da República poderiam significar uma ruptura definitiva com o modelo implantado a partir de 1964, pois o povo nas ruas e a campanha política com o debate acerca dos programas de governo e a escolha do presidente com voto popular promoveriam as condições e as garantias necessárias para assegurar, de imediato, as modificações que a sociedade ávida anseia.

Por não termos força suficiente para uma ruptura não conseguimos as diretas já e o processo de definição do novo governo se dará no ambiente restrito e espúrio do Colégio Eleitoral. Com a vitória das oposições no Colégio Eleitoral teremos conseguido fazer com que a criatura se volte contra o criador. O Colégio Eleitoral que sempre foi o instrumento de manutenção do poder desde 1964 terá servido para pôr fim a todo um ciclo.

Transição política é a expressão que passamos a utilizar para definir a fase do processo que ao mesmo tempo em que encerra o ciclo do autoritarismo, abre espaço para a democracia plena. Equivocadamente alguns setores de oposição se recusam a participar da transição, negando-a e execrando-a como "transição burguesa que não muda nada", esquecendo-se que todas as conquistas que tivemos nesses 20 anos aconteceram sob o arbítrio, cus-

tando sangue, suor e liberdade a milhares de brasileiros.

Quero dizer que conseguimos mudar quando combinamos a intervenção no quadro institucional onde se operam as mudanças, com a mobilização popular, e os exemplos mais recentes são a anistia, as eleições diretas para o governo dos Estados, o abrandamento da censura e da Lei de Segurança Nacional, as alterações na política salarial, tanto as de direito como as de fato etc. Tem sido esta a estratégia e tática das oposições e tem dado certo. Mas resta muito a fazer e o que tenho defendido para esta fase que chamamos de transição política é a continuidade de tudo aquilo que fizemos até agora, participando do processo de escolha do futuro presidente e costurando por dentro as mudanças exigidas, inserindo uma verdadeira cunha no processo, garantindo os espaços para as reivindicações populares, brigando por mudanças através do institucional, visando a atingir mudanças sociais numa combinação perfeita e consequente.

Por isso devemos ter como objetivo estratégico as eleições para Assembléia Nacional Constituinte como instrumento das mudanças fundamentais que o País exige e como tática a participação no Colégio Eleitoral e a intervenção das forças progressistas da sociedade brasileira no processo, para que, na transição, tenham voz e vez.

Então, imagine que um bloco de forças progressistas articulado, representando a maioria da população que quer mudanças poderá assegurar conquistas parciais antes das eleições para a Constituinte. São os pré-requisitos necessários para se chegar a uma Constituinte livre e soberana. Esses pré-requisitos, várias vezes definidos, tais como plena liberdade de organização partidária, mudanças na legislação eleitoral com fundos aos partidos e acesso pleno ao rádio e à televisão, autonomia sindical, revogação da Lei de Segurança, restabelecimento das prerrogativas dos poderes Legislativo e Judiciário e várias outras mudanças que somadas poderão oxigenar a sociedade brasileira, fazendo surgir dos segmentos oprimidos pela repressão e pelo arbítrio novas lideranças.

Assim poderemos participar em condições de disputar com os setores da

classe dominante que procurarão, uns reconquistar o poder, outros, os que passaram a apoiar Tancredo, controlar o processo de transição para que as mudanças não afetem seus interesses.

Vale lembrar que as mudanças terão que ser operadas através do Poder Legislativo, pois os legisladores foram escolhidos pelo povo para tal função e daí pode se perguntar se este Congresso, com uma maioria conservadora, poderá assegurar as mudanças, pré-requisitos para uma Assembléia Nacional Constituinte, sabendo que na medida que abrir espaços democráticos, esses espaços serão ocupados pelas forças progressistas mais modernas e portanto mais consequentes.

Esta a grande questão, como fazer com que as articulações políticas em torno do governo Tancredo Neves possam levar a contribuir para o fortalecimento dos setores progressistas da oposição deixando minoritários ou impotentes os setores conservadores que se colocam à direita.

A partir dessa constatação é que ousou avançar quando defendo que o bloco de forças progressistas deve impor sua participação no governo de transição, porque possui quadros importantes, capacitados, e que ainda mais saem de um contexto de lutas dentro de entidades democráticas como OAB, ABI, CUT, Conclat, UNE, Andes, SBPC, Frente Municipalista etc.

Pergunto, se homens e mulheres ligados a esses setores da sociedade participarem de um governo de transição, não estaremos assegurando maior espaço democrático para chegarmos às eleições de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana? Essas forças não dariam maior sustentação às forças progressistas dentro do parlamento, não possibilitariam maiores condições de arregimentações populares pelas mudanças?

Estou seguro de que no governo Tancredo Neves o atual Congresso poderá efetivar algumas mudanças e que estas não serão as mudanças substanciais que exige o povo brasileiro, mas que uma Constituinte livre e soberana com uma maioria progressista poderá mudar a face deste país.

AÍRTON SOARES é advogado, deputado federal (PT-SP) e líder do seu partido na Câmara Federal.

FOLHA DE SÃO PAULO